BRASÍLIA E A IDEIA DE CONSTRUIR UMA CAPITAL NO INTERIOR DO BRASIL

MARLENE AYAKO DOMENI

RESUMO:

Procurou-se historicamente apresentar o processo de construção e fundação de Brasília. A forma como se deu à construção da capital, o trabalho empregado e o contexto histórico político de sua construção também deve ser analisado, e para realizar tal pesquisa é necessário contextualizar o cenário, primeiramente realizando uma análise sobre a história de Juscelino Kubitschek (JK) que para o bem ou para o mal, dividiu opiniões criando polêmicas, como sendo um dos personagens mais importantes da história política do Brasil em relação à construção de Brasília. Questiona-se qual a posição do povo localizado na região de Goiás? Quais impactos a construção da nova capital trouxe aos sertanejos e interioranos? Objetiva-se refletir sobre a importância que a construção de Brasília e a mudança da capital federal tiveram para o país, tanto nos seus aspectos políticos quanto sociais e econômicos. Contextualizar como se deu a construção de Brasília, desde seus primórdios até as vias de fatos, o que nos levará a um tema importante envolvendo, os trabalhadores envolvidos na obra de construção. Pretende-se ainda observar como esse processo carrega um legado para a população que a construiu e para os caminhos que a política brasileira tomou a partir de então. A metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica que como explicam Lakatos e Marconi (2011), teve como objetivo descrever completamente determinado fenômeno, realizando análises teóricas.

PALAVRAS-CHAVE: Historia; Construção; Brasília; Capital; Candangos.

INTRODUÇÃO

A construção de Brasília provocou inúmeros debates nos quais enquanto muitos consideram tal obra desnecessária e inútil, pois acreditavam que o Rio de Janeiro, o principal cartão postal do Brasil, deveria continuar sendo a capital outros ficaram maravilhados com a grandiosidade arquitetônica e a modernidade dos monumentos da nova capital federal, considerando ela como um símbolo de um Brasil moderno.

Justifica-se que a forma como se deu à construção da capital, o trabalho empregado e o contexto histórico político de sua construção também deve ser analisado, e para realizar tal pesquisa é necessário contextualizar o cenário, primeiramente realizando uma análise sobre a história de Juscelino Kubitschek (JK) que para o bem ou para o mal, dividiu opiniões criando polêmicas, como sendo um dos personagens mais importantes da história política do Brasil em relação à construção de Brasília.

Questiona-se qual a posição do povo localizado na região de Goiás? Quais impactos a construção da nova capital trouxe aos sertanejos e interioranos?

Objetiva-se refletir sobre a importância que a construção de Brasília e a mudança da capital federal tiveram para o país, tanto nos seus aspectos políticos quanto sociais e econômicos. Contextualizar como se deu a construção de Brasília, desde seus primórdios até as vias de fatos, o que nos levará a um tema importante envolvendo, os trabalhadores envolvidos na obra de construção

Pretende-se ainda observar como esse processo carrega um legado para a população que a construiu e para os caminhos que a política brasileira tomou a partir de então. Destacaremos os candangos, nome dado aos trabalhadores que migraram para a nova capital em busca de uma vida melhor, e acabaram passando por mazelas contrarias a política de esperança e inovação imputada à construção de Brasília.

A metodologia utilizada foi à revisão bibliográfica, por meio da qual serão aplicados passos básicos como analise textual (preparação do texto), temática (compreensão do texto), interpretativa (interpretação do texto), problematização e síntese pessoal, mediante consulta e pesquisa bibliográfica, por meio de obras de vários autores citados nas referências e também disponibilizados na internet. A pesquisa assumiu caráter exploratório-descritivo, pois como explicam Lakatos e Marconi (2011), teve como objetivo descrever completamente determinado fenômeno, realizando análises teóricas.

Nessa linha de raciocínio é possível pensar se construção de Brasília era realmente necessária para o país, além de refletir sobre o planejamento de Brasília e se esta, realmente, manteve-se fiel ao projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA - A ORIGEM DA IDEIA DE CONSTRUIR UMA CAPITAL NO INTERIOR DO BRASIL

É importante lembrar que o projeto de construção de uma nova capital no interior do Brasil não é uma ideia nova de Juscelino Kubitschek (JK). Na realidade, planos de sua concretização são antigos. Desde meados do século XVIII, passando pelos inconfidentes mineiros, já se pensava nisto.

O nome “Brasília” aparece pela primeira vez em 1822. No entanto, será com a primeira Constituição da República (1891) que será oficializada e exigida a localização de uma nova capital. Ou seja, Juscelino Kubitschek coloca em prática, como parte de sua política desenvolvimentista o projeto já previsto na constituição da capital do país na região centro-oeste (ARQUIVO PÚBLICO DO D.F., 1957).

Sobre a construção de Brasília dentro do estado de Goiás, Schilling (2014) comenta:

Era a oportunidade de mudar o destino geográfico do Brasil, esparramado há 450 anos pelo litoral atlântico. Os imensos espaços da hinterlândia brasileira, o sertão bravio, estavam praticamente abandonados, e assim permaneceram por séculos, por todas as administrações. Brasília, fixada sua construção em 3 anos e 10 meses, iria modificar tal situação, atuando simultaneamente como a catalisadora das energias nacionais. A máquina administrativa estatal, ao sair do Rio de Janeiro, onde se encontrava fazia dois séculos, deslocando-se para o Planalto Central, produziram um enorme choque na região. Foi como se por lá caísse, bem no meio do Estado de Goiás, um meteorito de grandes proporções (SCHILLING, 2014, p. 6).

Ainda sobre a questão da escolha do local para a implantação da nova Capital Federal, Tamanini (2009):

A escolha, no interior do país, do local onde se construiria a nova capital, processou-se através do trabalho de várias comissões técnicas e estendeuse por muitos anos. O ponto de partida foi, naturalmente, o art. 3º. da Constituição de 1891, que fixara claramente onde seria o futuro Distrito Federal: no ‘Planalto Central da República’”. (TAMANINI, 2009, p. 1).

A criação de Brasília tinha por objetivo, além de cumprir o que já estava sendo delongado já há muitas constituições, reunirem trabalhadores de todas as regiões do Brasil, dando-lhes oportunidade de emprego, suprindo a demanda necessária para abarcar a oferta de mão-de-obra vinda do Nordeste, aquecendo assim o desenvolvimento de demais regiões e aliviando a economia, até então, concentrada no centro-sul do país, onde esta já se encontrava saturada.

A construção de Brasília foi um velho sonho de vitória do nacionalismo brasileiro. Desde o romantismo, a visão profética de um futuro radioso acompanha as cenas de fundação nas tentativas de “autodelimitação e esforço de uma identidade nacional coesa – diretamente proporcionais, é claro, ao desenraizamento, ao dilaceramento, que, no entanto, a definem”.

(SILVA, 2010, p. 60).

Os rumores que se iniciaram sobre a construção da nova Capital Federal e a escolha do interior do país para tal constituíam um antigo projeto, considerado de fundamental importância política, já que a intenção era promover a interiorização do Brasil, dissolvendo a imagem de que o país era um grande campo rural exportar de açúcar, café e tabaco. Para tanto, a necessidade iminente era a busca do desenvolvimento desta nação, utilizando o interior do país como um ponto de partida para que os povos ali instalados pudessem buscar modos de se desenvolver por si.

Porém, não era este o pensamento da elite dominante nesta época, por isso havia toda esta resistência em relação à mudança da capital.

Para dar suporte a esse vasto projeto educacional, cada capitania deveria encarregar-se de montar uma tipografia e uma farta biblioteca local. Aos burocratas e oligarcas, a quem "só interessava vender açúcar, café, arroz e tabaco", se instruídos fossem, ele conclamava a que se dedicassem a difundir o que sabiam junto ao povaréu. (SCHILLING, 2014, p. 3).

Colaborando para a ideia da mudança da capital, a cidade do Rio de Janeiro era considerada exposta, ficando sujeita a invasões estrangeiras e suas condições climáticas favoreciam o surgimento de epidemias, além de ter sido sede de revoltas e badernas durante o período da República. Mesmo com tais fatores que colaboravam para a ideia de que a necessidade da mudança da capital era iminente, tornando-se mais segura e afastando-se de ataques e revoltas, o projeto foi passado de governo para governo, durante anos e não foi colocado em prática até JK.

Pode-se dizer assim, e com a maior segurança, que o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília. Durante toda a sua história - do Descobrimento até o meu governo - vivemos, para aproveitar aqui uma observação do nosso primeiro historiador, Frei Vicente de Salvador, “arranhando a areia das praias, como caranguejos”. O litoral foi, de fato, uma monovidência nacional. Vivia-se por ele. Agia-se em função dele. E o que ocorria em relação ao resto do Brasil? (KUBITSCHEK, 2001, p. 39).

Mesmo após o período da República, o Rio de Janeiro passava constantemente por revoltas e insurreições, portanto, a necessidade de buscar um local mais seguro para onde transferir a capital se dava também por este fato, além das invasões estrangeiras, portanto, uma cidade no interior do país fez-se o cenário ideal para suprir tal necessidade. Porém, até este momento, a possibilidade de transferir a Capital Federal para a tal cidade do interior do país era apenas um assunto especulativo, motivo de ru-

mores, mas, não confirmado.

A ideia de se construir uma capital para o Brasil no interior parece ter surgido ainda nos tempos de colônia. Há indícios que havia um esboço de projeto nos tempos em que o Marquês de Pombal (1699-1782) administrava Portugal, na metade do século XVIII.

Mais tarde, às vésperas da independência, o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva parece ter sido um dos defensores da ideia de se construir uma nova capital no interior do país. Inclusive, foi Bonifácio o primeiro a sugerir o nome "Brasília" para a nova capital. É importante lembrar que José Bonifácio (1763-1838) foi um dos homens mais influentes durante a época do Primeiro Reinado (18221831). O local que ele sugeriu para a nova capital foi em uma região do interior de Minas Gerais, em primeira instancia, especificamente na cidade de Paracatu.

Em 10 de outubro de 1821 ele apresentou aos seus pares Apontamentos para o Governo Provisório que, sem medo de exageros, podemos considerar como o primeiro projeto para o Brasil. Como nova capital sugeriu algum lugar no interior, pensou em Paracatu no interior de Minas Gerais, para dali lançarem-se estradas para todos os lados, concluindo a ocupação do torrão pátrio. (SCHILLING, 2014, p. 1).

Portanto, nota-se que, desde seus primórdios, a ideia era romper a barreira que existia entre a capital e o interior, a ocupação desta região possibilitaria a reunião de homens urbanos, residentes do litoral, aos sertanejos e interioranos que viviam nestas regiões mais remotas do Brasil.

José Bonifácio, como é de conhecimento público nos dias de hoje, não teve sucesso neste projeto, porém, seu reconhecimento é claro na história do Brasil, este teve papel importante e lutou ferrenhamente pela independência do Brasil, fato que lhe conferiu o título de "Patriarca da Independência". Porém, mesmo décadas depois, seu nome é lembrado e trazido à tona quanto à construção da nova capital, quando o nome anteriormente definido por ele é escolhido como oficial para batizá-la.

O projeto em seu todo era a chegada do Iluminismo ao Brasil. Não foi indevido, pois, que, quase em seguida, após os fados do Sete de Setembro de 1822, a imprensa passasse a chamar José Bonifácio de o Patriarca da Independência.

(SCHILLING, 2014, p. 3).

A ideia de uma nova Capital Federal foi retomada apenas em finais do século XIX, tempos após as premissas de Bonifácio. Tanto a Constituição de 1891, quanto a de 1946 dava conta da Marcha para o Oeste, ideia que foi colocada em prática apenas na década de 1950, quando se formaram comissões para tal. Estas, por sua vez tinham o objetivo de definir um local que tivesse condições demográficas e estivesse geograficamente localizado de modo que fosse possível tornar-se o planalto central e abrigar a nova capital.

A escolha, no interior do país, do local onde se construiria a nova capital, processou-se através do trabalho de várias comissões técnicas e estendeuse por muitos anos. O ponto de partida foi, naturalmente, o art. 3o. da Constituição de 1891, que fixara claramente onde seria o futuro Distrito Federal: no "Planalto Central da República". (TAMANINI, 2009, p. 1).

Mantendo esta ideia em mente, em 1894 foi demarcado o local escolhido como Planalto Central, definido pela comissão Cruls, que constituía o início de um antigo sonho sendo, ainda que vagarosamente, colocado em prática. Prática que permitiu aos residentes do estado de Goiás, maiores possibilidades, inclusive a definição de sua própria capital como a cidade de Goiânia.

O clima que se instaurou naquele momento no estado que receberia a nova capital, fez com que políticos regionais, como Jerônimo e Abelardo Coimbra, participantes presentes na construção de Goiânia, participassem ativamente também dos planejamentos para a transferência da nova capital. Tal fato gerou em toda a população goiana um novo espírito de renovação, já que havia a possibilidade de uma cidade, em meio ao cerrado, receber em seu território a nova Capital Federal. Esta expectativa de mudança da capital gerou benefícios para a população regional, que viu o estado enfrentar diversos avanços tanto em contexto regional, quanto a nível nacional.

A ideia central do Movimento rumo ao Oeste era o progresso do Brasil e de sua população, o fato de interiorizar a capital era em busca do desenvolvimento do país como nação e também de sua sociedade. Acreditava-se que o contato dos sertanejos e interioranos, com os cidadãos urbanos e letrados seria de importância crucial para seu progresso individual, o que desencadearia o progresso regional e, por fim, o progresso nacional de toda a sociedade.

A miscigenação de povos e a utopia do avanço desenvolvimentista eram conceitos herdados da época de Getúlio Vargas, que passaram a obter avanços no governo de JK e tinham como preceitos, especialmente, bases de desenvolvimento, modelo econômico e o crescimento acelerado da urbanização.

Esta transição pela qual o país passava, transportando o ambiente rural em urbano em tão pouco tempo, teve fortes impactos sob a sociedade, tanto negativos,

quanto positivos, O Brasil vivia o que se chamava então de um intenso processo de "modernização" política e econômica e sofria todos os impactos, positivos e negativos, daí decorrentes. (D'ARAUJO, 2018).

Ainda de acordo com a autora, tais heranças do governo Vargas, contendo estes planejamentos e bases desenvolvimentistas, foram de grande valia para Juscelino Kubitschek, que se aproveitou de tais ideais e fez bom uso destes, não somente dando prosseguimento aos projetos do outro, como também se utilizando destes para oferecer posição de notoriedade a seu governo, ganhando inclusive visibilidade internacional.

Como muitos utilizam tal medida tomada por JK, para dizer que o político era propagandista, em relação a suas metas na presidência, pode-se incluir nisto o fato de Juscelino ter se aproveitado do momento delicado pelo qual passava o país, tanto em questões políticas, como a crise militar que se instalava na época, para divulgar seu plano que traria um rápido progresso ao Brasil.

Tendo, do seu lado, grandes e poderosos aliados, JK encontrou a oportunidade perfeita para se posicionar politicamente e de maneira influente no cenário nacional, situação que foi possível apenas pelo legado deixado por Vargas, ou seja, toda a concepção de que Brasília foi fundada por Juscelino, cai por terra quando analisamos a história que envolve a construção e transferência da nova capital.

Este era um legado deixado por Vargas, do qual JK se apropriou com maestria. Juscelino adicionava ao desenvolvimentismo à ótica do otimismo e da tolerância política. E contava, na retaguarda, com um corpo institucional razoavelmente consolidada, que lhe permitiriam agir e decidir mesmo em momentos de crise política ou militar. (SCHILLING, 2014, p. 3).

Portanto, JK pode ser considerado oportunista por muitos, já que os planos de construir Brasília levaram alguns anos mais para serem efetivados. Tanto que as metas das quais se constituía o planejamento, já haviam sido traçadas pelo governo de Getúlio, e a partir delas é que se tornou possível à viabilização de todo o plano de construção de uma nova capital que se chamaria Brasília, denominação que também não veio de JK, e sim de José Bonifácio.

O SONHO COMEÇA A SE TORNAR REALIDADE

Antes de Juscelino e embora os planos de construir a nova capital dentro do território goiano já existissem, a Constituição de Goiás decidira que a nova capital seria imediatamente desligada do estado após sua concepção. A 20 de julho de 1947, quando é promulgada a constituição do estado de Goiás, lia-se em seu artigo 54 que a área da nova capital seria "desmembrada" automaticamente do território goiano. (OLIVEIRA, 2008, p. 101).

A ideia de se construir uma nova Capital Federal que ficasse localizada no centro do território nacional, era item que constava na Constituição da Republica desde 1891, porém, governo após governo desde lá postergaram a responsabilidade até chegar a Juscelino. Como comenta Schilling (2014), os interesses dos governantes da época de outrora tinham outros interesses que não incluíam a transferência da Capital.

Para dar suporte a esse vasto projeto educacional, cada capitania deveria encarregar-se de montar uma tipografia e uma farta biblioteca local. Aos burocratas e oligarcas, a quem "só interessava vender açúcar, café, arroz e tabaco", se instruídos fossem, ele conclamava a que se dedicassem a difundir o que sabiam junto ao povaréu (SCHILLING, 2014, p. 3).

Sem dúvida, a nova capital foi projetada com um modelo urbanístico inovador.

Nas palavras do próprio JK:

O que pretendi com as 30 metas iniciais e mais a 'Meta-Síntese' – a construção de Brasília – foi dar um arranco no país, para que ele acordasse, pusesse em ação suas energias latentes, compreendesse, enfim, que era uma Nação e, como tal, deveria disputar seu lugar no cenário internacional. Essa ação, que não deixava de ser violenta, desdobrou-se em dois planos perfeitamente distintos, mas interligados: a) no terreno psicológico, através de intensa pregação desenvolvimentista; b) no âmbito prático, realizando, em tempo record, todas as obras de infraestrutura de que o país necessitava. (KUBITSCHEK, 2020, p. 351).

Entre opiniões favoráveis ou contrárias, não se pode negar que a construção de Brasília foi um dos (senão o mais) fatos de maior importância na história brasileira no período que compreende o século XX. Pois, como diz Pesavento (2007), a construção de uma cidade por si só já é motivo de encantamento para a população. As cidades fascinam. Realidade muito antiga, elas se encontram na origem daquilo que estabelecemos como indícios do florescer de uma civilização: a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos.

Nessa aurora do tempo, milênios atrás, elas lá estavam, demarcando um traçado, em formato de quadrado ou circular; definindo um espaço construído e organizado, logo tornando icônico do urbano – torres, muralhas, edifícios públicos, praças,

mercados, templos; a exibir sociabilidades complexas e inusitadas na aglomeração populacional que abrigavam; a ostentar a presença de um poder regulados da vida e de outro ordenador do além, na transcendência do divino. (PESAVENTO, 2007, p. 11).

Mesmo com diversas ressalvas o Congresso aprovou uma Lei, sancionada por JK em 19 de setembro de 1956, que dava por certa a mudança da Capital Federal e para possibilitar esta transição, foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap (REVISTA BRASÍLIA, 1957).

As obras da nova Capital foram iniciadas em fevereiro de 1957, sob liderança dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. O prazo para entrega da obra era dia 21 de abril de 1960, data escolhida em homenagem à Inconfidência Mineira. Para tanto, foram empregados esforços ininterruptos de mais de 200 máquinas e, aproximadamente, 30 mil operários trabalhando sem parar, estes últimos, denominados candangos, oriundos de diversas regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, porém, estudaremos melhor sobre estes mais adiante.

As obras foram entregues no final, antes do prazo estipulado, batendo o tempo recorde de 41 meses para a concepção da Capital, que foi inaugurada com direito a toda pompa e circunstância, e passou a ser considerado um dos maiores marcos de arquitetura e urbanismo contemporâneo.

O oportunismo do qual JK é acusado por muitos até os dias de hoje, se dá pelo fato de que, a grande marca de seu governo, o que lhe consagrou um verdadeiro herói nacional que impulsionou o Brasil rumo ao progresso, o grande projeto que 'deu vida' ao país, de transferir a capital deste para o interior, na verdade foram ideia, projeto, metas e denominação apropriados de outros governos.

No estado de Goiás, onde se instalaria a nova capital, ações e discursos políticos não se desviavam da construção de Brasília, a expectativa de abrigar a nova capital influenciava as ações das lideranças políticas locais e a influência que estes procuravam manter sob a população. Tão grandes eram as expectativas, que se dava por certo a transferência da capital para o estado de Goiás, ainda que no papel não existisse nada a respeito e que neste momento o fato não passava de rumores.

Os planos dos cidadãos da região passaram a se intensificar na esperança da nova capital, seus anseios pelo tão desejado progresso, isto, há aproximadamente quinze anos antecedentes à inauguração de Brasília. Já nesta época, surge na Constituição Estadual do estado de Goiás, datada do ano de 1947, um trecho que dá por certa a instalação da nova capital dentro do serão goianos e garantindo ainda, que o território apropriado por Brasília, se desmembraria imediatamente do estado.

A 20 de julho de 1947, quando é promulgada a constituição do estado de Goiás, lia-se em seu artigo 54 que a área da nova capital seria "desmembrada automaticamente do território goiano". (OLIVEIRA, 2008, p. 101). Porém, antes do governo JK, as autoridades políticas não demonstravam a mesma empolgação para com a transferência da nova capital, quanto à população goiana.

O clima no Brasil não era dos melhores, houve o suicídio de Getúlio Vargas, o pós-guerra ainda refletia na situação econômica do país e a necessidade de transferir a capital para o interior do país parecia secundária, postergando os planos para a construção de Brasília. Porém, mesmo que a passos lentos, os estudos sobre o território onde se localizaria a nova capital prosseguiam. O presidente em exercício no momento, Café Filho, recusa-se terminantemente a oficializar o decreto definindo limites do quadrilátero do Planalto Central, o que levou o estado de Goiás tomar medidas radicais em relação ao caso.

Conforme Oliveira (2008, p. 102) de posse do resultado dos estudos, Pessoa encontra-se com Café Filho na tentativa de convencê-lo da necessidade de assinar, o quanto antes, o decreto definindo os limites do futuro distrito federal. Sua preocupação era evitar a especulação imobiliária que poderia se iniciar a partir da escolha do sítio. Contudo, Café Filho recusa-se a assinar o decreto [...] Antecipandose a ação do governo federal, o estado de Goiás cria, então, a Comissão de Cooperação da Mudança da Capital Federal (pelo Decreto Estadual no 1.258, de 5 de outubro de 1955), cujo objetivo central foi a efetiva desapropriação da área do Distrito Federal. Interesses convergentes dos goianos.

A atitude do governo do estado de Goiás demonstrou o quão determinado à população estava em receber a nova capital e quanto suas esperanças quanto à construção de Brasília eram grandes, até maiores do que o restante da sociedade brasileira, os goianos tinham um motivo mais particular para exigir a agilidade neste processo.

Oliveira (2008) refere que as lutas da população goiana quanto à construção de Brasília foram de grande importância e tiveram efeito significativo na decisão final da transferência da nova capital, porém, o fato foi desvanecido em quando as perspectivas sob JK passaram a lhe ofuscar. Quando foi determinada e oficializada a construção da nova capital, o povo de Goiás ainda passou por mazelas, sofrendo choques culturais que não poderiam imaginar.

Determinada a transferência da capi-

tal federal pela Mensagem de Anápolis, de 18 de abril de 1956, a construção de Brasília, fixada no prazo de 3 anos e 10 meses, iria modificar tal situação. A fantástica cidade futurista, erguida no meio do cerrado goiano, seria a nova catalisadora das energias nacionais. A máquina administrativa estatal ao sair do Rio de Janeiro, onde se encontrava fazia dois séculos, deslocando-se para o centro do Brasil, produziram um enorme choque na região. Foi como se por lá caísse um meteorito de espetaculares proporções. Numa sentada, foram atraídos para suas proximidades milhares de trabalhadores (os candangos) e transferidos mais de 5 mil funcionários públicos. E, com eles empreendimentos agropecuários, comerciais, minerais, e financeiros de toda ordem. (SCHILLING, 2014, p. 3).

Ainda em relação ao choque que a população local teve podemos destacar também a questão cultural, já que o povo sertanejo e interiorano não estava habituado com determinadas situações que vieram à baila quando surgiu à nova capital.

A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela uma continuidade impressionante, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície, que não atingem o cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser. (CANDIDO, 2017, p. 82).

Conforme as edificações da construção de Brasília foram ganhando vida e tomando forma, a esperança do povo da região se reacendeu, afinal, o ser humano tem o aspecto natural de demonstrar empolgação quando algum projeto se realiza, algo que lhes traga progresso, ou esperanças de uma vida melhor.

Para a população goiana que habitava na época da construção o sentimento de ver a nova capital sendo erguida diante de seus olhos, o sentimento para este povo era de intensa alegria e esperança, de ver sua região sertaneja ganhar vida, novas formas e com a promessa de um novo estilo de vida.

O que era um deserto adquiriu vida. O projeto de Lúcio Costa, um dos maiores urbanistas do país - uma planta de um enorme pássaro com asas abertas (divididas em Norte e Sul) pronto para alçar vôo -, infundiu no povo brasileiro uma sensação de esperança como há muito não era possuído daí o escritor André Malraux, ao visitá-la, chamá-la de "a capital da esperança". Espaço amplíssimo que imediatamente foi ocupado pelas espetaculares edificações saídas da prancheta do genial Oscar Niemeyer, um discípulo de Le Corbusier, tido como um dos pais da arquitetura moderna. (SCHILLING, 2014, p. 4).

Por outro lado, para a população regional, a construção da nova capital não trouxe apenas benefícios e sentimentos de esperança, pelo contrário, além do grande contingente de operários, a região da construção passou a ser tomada por diversos males que se igualavam aos benefícios, chegando por vezes a se tornarem maiores do que estes.

Os canteiros de obras passaram a ser palco da criminalidade, prostituição, drogas, entre outros fatores que se chocavam completamente com a vida que estava acostumada a população da região, mergulhada de repente em um ambiente de extrema violência e desconforto social e moral, em vista do que estavam acostumados.

Dias tomados, noites vazias e angustiantes. O livro das ocorrências da GEB [Guarda Especial de Brasília] está repleto de casos de embriaguez (geralmente acompanhados de desordem, briga e desacato a autoridade). As apreensões de armas são constantes. Muito roubo e briga envolvendo prostitutas. Jogo, golpes, estupros, taras, drogas, loucura, suicídios são referidos repetidamente. (SILVA, 2010, p. 80).

O episódio mais marcante quanto à construção de Brasília, tanto para os goianos, como para a história em geral, foi um discurso de Juscelino Kubitschek, pertencente a sua campanha presidencial, realizado no interior de Goiás, onde, questionado sobre a construção de Brasília e a transferência da Capital Federal para o estado, garantiu que a obra seria cumprida na íntegra.

Tal discurso foi realizado na cidade de Jataí, em abril de 1955, marcando a escolha do local exato para a construção e, aproveitando o ensejo para iniciar sua campanha presidencial, que acabou tornando-o um verdadeiro mito e da campanha um dos maiores sucessos da histórica política do país.

Portanto, neste momento nasce efetivamente Brasília, embasada por uma grande força popular. Somada ao cumprimento da lei que há tanto ficou parada na Constituição, que tanto foi postergada, estava à necessidade de um povo interiorano que ansiava por inovação, progresso, pela ideia de uma vida melhor, populações até então excluídas e periféricas em relação aos grandes centros.

Surgem às estradas de Brasília, que farão parte da nova cidade, construções que aumentarão a produção de aço e cimento necessários para suprir o projeto, aumentando fornecimento de produtores internos. Carros que passarão a ser fabricados no Brasil para ocupar tais rodovias, estas que se integrarão ao restante do país, tornando o

território amplo localizado no interior, parte do projeto desenvolvimentista do Brasil.

A ideia que JK tinha em mente, que levou a tão sonhada construção da nova capital, era de que Brasília se tornasse um pólo de desenvolvimento do país, abarcando todas as grandes inovações e, partir dali, distribuindo-as para o restante do território nacional.

A proposta de construir toda uma cidade, em especial uma que seria capital do país em tão pouco tempo, aproximadamente três anos, atraiu diversos trabalhadores de regiões mais remotas, em especial do Nordeste, aumentando os níveis nunca antes vistos no fluxo migratório no Brasil, alcançando um crescimento anual de incríveis, 103,88%. Porém, infelizmente o muito que se fantasiava em relação à Brasília, não correspondia em nada com o verdadeiro estilo de vida dos trabalhadores alocados na obra, distanciando-se muito da imagem heróica e erudita que lhes era imputada.

Enquanto prosseguiam as obras de Brasília, recrudescia, no Rio, a campanha da imprensa e oposição contra a transferência da capital. As razões apresentadas eram diversas: enexequilidade da iniciativa; exaustão do Tesouro Nacional; e o esvaziamento do Rio, que perderia sua importância política, passando a ser uma cidade de turismo. Jornalistas chegaram a transformar a tese da mudança num verdadeiro caso pessoal. Um deles enumera, entre as razões que o levavam a combater a ideia, a de que não gostava da cara de Israel Pinheiro. (KUBITSCHEK, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de Brasília pode ter trazido tanto benéficos como aspectos nem tão positivos para o país. Se de um lado ela empregou milhares de trabalhadores e, ao mesmo tempo, se simbolizou os sonhos de um Brasil diferente, do outro ela provocou um endividamento enorme do estado brasileiro, o que provocou uma grande crise que pode ter provocado o golpe militar de 1964. Boa parte das fontes referentes à construção de Brasília parece indicar que o custo da obra foi elevadíssimo, a ponto de influenciar negativamente na economia brasileira.

Outro ponto bastante ignorado no processo de construção foi o impacto que esta causou sobre a vida dos habitantes locais, uma população sertaneja e interiorana, de hábitos modestos, se viu em meio a um cenário de violência crescente, prostituição, drogas e demais desvios morais aos quais não estavam habituados na época e eram considerados fora que esta população considerava aceitável. Perto do que se esperava com a construção de Brasília, os nativos da região ao entorno, mais contabilizaram malefícios do que benefícios, o que gerou uma grande frustração para este povo que também idealizava uma vida melhor.

Considera-se, porém, que a construção de Brasília trouxe benefícios, ainda que eles pudessem ser sentidos de maneira mais abrangente por membros da elite, o país tomou reconhecimento internacional por conta do projeto, seus atributos arquitetônicos viraram referência mundial de edificações contemporâneas e, mesmo que em condições escusas, a construção empregou muitos trabalhadores.

Contudo, a cidade não foi pensada para receber trabalhadores, que, após sofrerem com violências e condições desumanas nos canteiros de obra, não conseguiram habitações adequadas para se instalar, precisando sobreviver em condições inapropriadas aos arredores da nova capital, a qual, neste cenário crescia em número de habitações irregulares, mergulhando a população nativa, somada à imigratória na pobreza extrema sem condições básicas de saneamento, eletricidade e segurança, contrastando fortemente com a capital iluminada que se erguera no centro abrigando o maior contingente de governantes do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO PÚBLICO DO D.F. Ata da segunda sessão da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, de 16 de março de 1957. Disponível em https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/NOV-D-4-2-Z0001-3d.pdf. Acesso em 15 set. 2023.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

D'ARAÚJO, M. C. Vargas e as bases do desenvolvimento. In: PIRES, R., LOTTA, G., OLIVEIRA, V. E. Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap, 2018.

KUBITSCHECK, Juscelino. Por que construí Brasília. Rio de Janeiro: Bloch, 2001.

KUBITSCHECK, J. Meu caminho para Brasília – a escalada política. v. II. Brasília:

Senado Federal, Conselho Editorial, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/gmart/Downloads/Meu_caminho_Brasilia_v.II%20(2).pdf. Acesso em 17 set. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, M. Brasília: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2008.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História. v. 27, n. 53, São Paulo Jan./June 2007.

REVISTA BRASÍLIA. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. n. 3, boletim mensal da Novacap, RJ, março de 1957. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/506963/brasilia_1957_Ano_1_n 3.pdf?sequence=8. Acesso em 16 set. 2023.

SCHILLING, V. Os anos JK, otimismo e esperança. Caderno de História, n. 12 –

Memorial do Rio Grande do Sul. 2014. Disponível em:

<https://www.yumpu.com/pt/document/read/13549092/os-anos-jk-otimismo-eesperanca-memorial-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 17 set. 2023.

SILVA, L. S. D. A construção de Brasília: Modernidade e periferia. Goiânia: UFG, 2010.

TAMANINI, L. F. Brasília. Memória da construção. 3. ed. Brasília: Royal Court , 2009.